

# Bueno tem esperança no apoio à monarquia

Embora reconheça que «não será fácil» restaurar a monarquia no Brasil, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) tem esperanças de que, aberta a discussão, o povo e os constituintes optem pelo sistema monárquico como forma ideal de governo para o país. O deputado nutre suas esperanças pelas manifestações de apoio que já lhe prestaram pelo menos 22 deputados e na repercussão que sua proposta teve junto à imprensa e mesmo alguns outros constituintes se mostram simpáticos à idéia.

Cunha Bueno defende que torne a ser adotado no país o sistema parlamentarista vigente durante os 65 anos do Império e extirpado pela Proclamação da República. Pela Constituição Imperial de 1824, outorgada por D. Pedro I, foram instituídos no Brasil quatro poderes políticos: o Legislativo, o Executivo, Judiciário e o Moderador. Os imperadores governavam com o auxílio de um Conselho de Estado, que efetivamente chefiavam formado por ministros-parlamentares indicados pelo partido majoritário, fosse o Conservador ou o Liberal.

De posse do Poder Moderador, o imperador podia, a seu bel-prazer e conveniência dissolver a Assembléia-Geral, constituída pela Câmara e pelo Senado, e convocar novas eleições.

O artigo 99 da Constituição de 1824 dispunha: «A pessoa do imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma». Já de posse do controle dos poderes Executivo e Legislativo, com as disposições constitucionais relacionadas, o imperador tinha de obter um discreto jugo sobre o Poder Judiciário.

Com algumas mudanças, o deputado Cunha Bueno prega o restabelecimento do Poder Moderador, no caso de instituição do regime parlamentar monár-

quico no Brasil. O parlamentar pedessista concorda com o poder imperial seja reduzido. A seu ver, o imperador teria como missões a representação da nação e o comando-em-chefe das Forças Armadas. Quanto à dissolução do Congresso Nacional, o chefe de Estado poderia apenas concordar ou não com o ato, não tendo poderes para tanto. A chefia de governo seria exercida por um deputado ou senador, indicado por seus pares para o cargo de primeiro-ministro.

Cunha Bueno acredita ainda que, com um imperador, as sucessivas crises militares seriam definitivamente solucionadas.

Para o deputado paulista, «é fundamental que os constituintes avaliem com espírito aberto as experiências dos sistemas monárquicos existentes hoje no mundo. Argumenta Cunha Bueno que as monarquias existentes pertencem a países dos mais desenvolvidos como a Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica e Japão.

O anúncio de que Cunha Bueno apresentou uma emenda propondo o debate sobre a monarquia motivou pilhérias de inúmeros parlamentares ao colega de São Paulo. Alguns, como os deputados Roberto Cardoso (PMDB-SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), em tom de ironia exigiam serem nomeados «barões» de suas cidades. Outros, como o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator do projeto de regimento interno, não escondiam seu espanto. A divulgação das críticas a sua proposta irritou o deputado monarquista, que lançou farpas em todos os sentidos. A Fernando Henrique, cobrou a isenção devida como relator, e o acusou de não querer encampar sua proposta por ter «grande apreço aos militares, uma vez que é filho de um general». Ricardo Holanda.